

DE ARREPIAR

2. IX. 58

No atual sistema político, assume extraordinária importância e gravidade toda eleição para constituir o poder executivo. Consiste a gravidade, não só na latitude do mando que, em qualquer das esferas — municipal, estadual, ou federal — ao chefe do governo se confere, mas também na irrevocabilidade da decisão, depois de tomada pelo corpo eleitoral. Se acertada foi a escolha, haverá apenas o inconveniente da prática irresponsabilidade do poder, que leva insensivelmente a desvios e abusos; mas, se errada foi, paga-se cruelmente o erro, pois, enquanto não se conclui o mandato, há que suportar o governante, por improbo, incapaz e desassizado que seja.

E' o que não sucede no sistema parlamentar, com o qual se derruba mais facilmente um governo, do que se constitui. Um simples voto de desconfiança corrige facilmente o erro cometido. Em outros termos, os maus governos têm todas as garantias de estabilidade no presidencialismo e nenhuma têm no parlamentarismo.

Ora, não estando nós, infelizmente, no gôzo do sistema parlamentar, todo cuidado deverão ter os eleitores ao escolher o seu candidato ao governo do Estado. O erro de hoje será o inútil arrependimento de amanhã: inútil, até quando a totalidade dos que erraram quisesse voltar atrás. A democracia presidencialista é a democracia de um só dia, o dia da eleição.

Cuidado, pois, muito cuidado deveriam ter os cidadãos ao pronunciar-se nas urnas. Não se trata de uma partida desportiva, em que, ganhando ou perdendo, o lucro ou o prejuízo não vão além da partida. Também não se trata de defender interesses pessoais, ou grupais, ou profissionais, que todos abarriariam soçobrando num mau governo. O voto, depois de colocado na urna é irremissível, irretroatável, irremediável. Determinou a sorte da coletividade por anos a fio. E' o fatalismo na vida pública.

Ora, a escolha do melhor candidato nem sempre é fácil. Algumas vezes não são marcantes as diferenças. Explicável é a hesitação entre candidatos mais ou menos equivalentes. Se apresenta certos predicados, outros predicados oferece o concorrente. No caso, porém, da próxima eleição de governar, não há dúvida possível, tão diversos, tão contrários são os candidatos. Hesitar entre Peracchi e Brizola somente possível é não conhecendo Brizola. Conhecê-lo é decidir-se, para quem tenha suficiente consciência cívica e noção clara dos atributos requeridos pelo cargo.

A primeira virtude do governante é a serenidade. Dirigindo e muitas vezes decidindo o destino de milhares ou milhões de criaturas, deve considerar as cousas com calma, sem frieza, com circunspeção, e não açoitamento. Um enérgico, um homem que se deixa arrebatado pela paixão nunca poderá ser bom governante.

A segunda virtude, ligada, aliás, à primeira, é a imparcialidade. O governante não pode ser imparcial, se não é sereno: a paixão o levará facilmente a cometer injustiças. Ele não governa apenas os seus companheiros e correligionários, embora possam constituir a maioria dos cidadãos: governa também os adversários e os neutros e indiferentes. O bem co-

num, que se diz ser o objetivo de todo governo, não pode ser o bem de uma parcialidade, por mais numerosa, mas o bem de todos indistintamente, nacionais e estrangeiros, correligionários e adversários. Governar é superar-se, muito mais que impôr-se.

Detenhamo-nos aqui, pois desnecessário seria considerar outros atributos, como a probidade tão desdenhada pelo adermatismo, ou a sabedoria, que não se deve confundir com a ciência, pois um portador de muitos conhecimentos pode ser pouco sensato. Detenhamo-nos naqueles dois predicados essenciais, sem os quais o governante não passará de um déspota. Tem-nos o sr. Leonel Brizola?

Da sua serenidade, conhece a população do Rio Grande sobejas provas. As suas falas radiofônicas, que se devem crer pagas, apesar de caríssimas, com a magra contribuição dos trabalhadores, têm sido uma universal demonstração da sua imaturidade e da sua truculência. Ouvi-lo era arrepiar-se; e ainda o é, apesar dos conselhos e admoestações que recebeu.

Da sua imparcialidade, negada em quase todos os seus atos e palavras, a mais eloquente e incisiva demonstração é a que se encontra num simples período de uma entrevista ao «Jornal do Brasil», do Rio. Note-se que não são frases de um discurso, em que o calor do ambiente e o inseguro da improvisação poderiam explicar certos excessos verbais. Não, trata-se de declarações feitas a um jornalista. E que disse ele? Simplesmente isso: «Se for eleito, eles sabem e que vou fazer, vou acabar com eles».

De corpo inteiro, aí está fotografado o governante que seria. Nem serenidade, nem imparcialidade. Tudo isto, e muito mais, lhe falta. Um governador, que devendo-o ser de todos, promete acabar com a parte adversa da comunidade, é simplesmente de arrepiar. Outro candidato, mais senhor de si, poderia pensá-lo, mas não o diria. Tem este a vantagem de anunciá-lo. Façamos-lhe justiça.

Mais uma vez advertidos foram os adversários; por advertidos não de dar-se os indiferentes. E os seus próprios correligionários para si também não tomarão a advertência?

Grave imprudência seria esta. Uns achar-se-iam mais exostos, do que outros, à truculência do poder, mas ninguém poderia julgar imune: trabalhistas e não trabalhistas, todos adeceriam as consequências de um governo atrabiliário. E mais, talvez, os próximos, do que os distantes. Acautelem-se, quanto é tempo...